

estudio que tanto puede interesar a un catedrático de Universidad como al último y más humilde de nuestros hombres de campo” (p. 10).

Dejando de lado los criterios de edición y los aspectos de tipo histórico, donde destaca el énfasis dado al período preportugués y a la presencia tradicional y moderna castellana en Olivenza, hay que reconocer el rigor del análisis etimológico y la seriedad científica de sus propuestas, si bien no todas quedan definitivamente resueltas. Quizás se eche en falta, en todo caso, un carácter menos selectivo y más exhaustivo del repertorio léxico presentado. Es una puerta que queda abierta a aquellos estudiantes de Filología que quieran seguir los pasos del profesor granadino y completar su trabajo. Sin duda, el libro despertará en ellos un interés investigador que en los últimos años se ha ido desviando a otros asuntos, siendo éste tan útil para la sociedad extremeña como es el de preservar su patrimonio cultural y lingüístico.

José Viale Moutinho, *Os meus misteriosos pais*, Porto, Seara de Letras, 2009 (ilustrações de Acácio de Carvalho).

Leonor Martins Coelho

Universidade da Madeira/Centro de Estudos Comparatistas

leomc@uma.pt

Com uma obra multifacetada, da prosa à poesia, da entrevista à crónica, do ensaio à investigação literária, José Viale Moutinho tem sido distinguido, quer em Portugal, quer no estrangeiro, pela qualidade da sua escrita, como comprovam os vários prémios que lhe foram atribuídos e dos quais destacamos o *Grande Prémio de Conto Castelo Branco*, o *Prémio Edmundo Bettencourt* (na categoria de conto e de poesia), o *Prémio de Reportagem Norberto Lopes*, bem como o *Prémio de Jornalismo El Adelanto* e o *Pedrón de Honra*.

Se na vizinha Espanha o autor é, sobretudo, conhecido pela obra que se destina a apontar os flagelos da ditadura franquista, em Portugal, Viale Moutinho destaca-se, ainda, pela produção literária que se destina aos mais novos. Para além de uma obra relevante de recolha de cantigas, provérbios, lengalengas e lendas, o escritor, na

sua produção literária, destinada à infância e à juventude, propõe-se destacar os vectores da liberdade de pensamento, de expressão e de actuação. Assim, incentiva o (jovem) leitor a desenvolver o sentido crítico no exercício de uma cidadania plena e consciente.

O pendor pela crítica a realidades disfóricas a que já nos habituou, poderá ser, de igual modo, encontrada em *Os meus misteriosos pais*. Nesta narrativa destinada a um público juvenil, Viale Moutinho visa contestar um sistema que humilhou e oprimiu. Nela, o autor salientará a luta contra o salazarismo-marcelismo, exaltando os valores da democracia. Os leitores mais jovens podem assim conhecer uma realidade distópica, percorrendo um passado ancorado no medo e na perseguição.

Neste sentido, o livro de Viale Moutinho abordará o autoritarismo de um regime político que o narrador-personagem conheceu. Como texto de revisitação, os dezasseis capítulos de *Os meus misteriosos pais* irão desdobrar a história portuguesa da época ‘da velha senhora’ pelo olhar do narrador, ora criança, ora adulto. Em tom dialógico com um público jovem – “Querem saber melhor quem éramos?” (p. 15) –, o escritor refere a luta dos clandestinos na época que precedeu a Revolução dos Cravos através da história do pequeno Álvaro (que fora Alberto, Augusto e António) e dos seus ‘misteriosos pais’.

Dominando a arte de bem contar, entre a ironia e o humor, entre o exercício de memória e a interpelação directa ao leitor/ouvinte, o receptor deste livro (jovem ou menos jovem) ficará desde logo a conhecer as artimanhas do narrador-criança e de seus progenitores, membros do Partido Comunista, numa luta constante pela sobrevivência, arquitectando falsas identidades que lhes permitissem viver sem a vigilância apertada da *PIDE*. Aliás, só durante o mês de Abril de 74, os pais o puderam legalizar, tornando-se finalmente um cidadão (con)firmado.

Assim, este jovem aprendeu desde muito cedo a arte do fingimento e da (aparente) tranquilidade para evitar desassossegos familiares. Os pais pedir-lhe-ão para passar despercebido, quer ao olhar severo da Professora Gertrudes, quer ao comportamento inquiridor do temível Professor Pascoal. É ele quem obrigará a turma a fazer a saudação nazi e a aclamar o nome de Salazar no início das aulas. É ele quem alistarão quase todos os alunos na Mocidade Portuguesa. Valeu ao protagonista a rápida intervenção de sua mãe

que, ao catalogá-lo de “frágil compleição” (p.35) junto do Professor, o livrou de um alistamento forçado. Será também o Professor Pascoal, quem denunciará, qual esbirro atento e perverso, a Professora Gertrudes por não lhes já ter falado no homem do Governo.

Para além de troçar do exibicionismo da Mocidade Portuguesa – “Marchavam como se fossem soldadinhos e tinham postos e tudo, mas o chefe era o Henrique, a quem nós tínhamos posto a alcunha de *Generalzinho Caca*” (p. 37) –, a voz do texto irá, ainda, referir as atrocidades cometidas pela *PIDE*, a polícia secreta que não olhava a meios para derrubar os opositores ao regime autoritário do chefe do governo, e que mais tarde se designará por Direcção Geral de Segurança. A narrativa de Vialé Moutinho destaca, assim, a morte de Ferreira Soares, um médico de Espinho que “ainda agonizante, seria metido num automóvel e levado dali. Pelo caminho acabaram com ele. Catorze balas ao todo” (p. 81), bem como a do escultor José Dias Coelho e cuja canção “A morte saiu à rua” de Zeca Afonso lhe é dedicada. Catarina Eufémia foi, igualmente, exterminada por um tenente exacerbado da GNR que não suportou que esta “grávida de oito meses, com um filho ao colo, à frente de um rancho de quinze ceifeiras [lhe tenha respondido] com temeridade: [§] – O que eu quero é pão para matar a fome aos meus filhos. Quero paz. Tenho fome” (p. 80)

O texto não deixará de aludir à presença portuguesa em África, uma vez que Salazar se mantinha fiel ao “orgulhosamente sós”, alimentando, assim, uma guerra colonial desajustada que só terminará com a Revolução de Abril. O autor sublinhará, ainda, o papel da Censura (José Cardoso Pires chamava à Censura “câmara de tortura das palavras” (p. 53) que nega a liberdade de pensamento e de expressão. Menciona ainda as tipografias clandestinas que, em casas particulares, tentavam fazer chegar a voz da revolta. Não ficarão também por lembrar as prisões para onde eram levados todos os que se opunham ao opressor (Terrafal, em particular: “Fizeram o campo de concentração especialmente para nós. Aquilo era um campo de morte lenta. (...) Havia terríveis castigos. Como um chamado a *frigideira*, em que nos fechavam numa casota coberta de metal, onde assávamos durante dias, como castigo por qualquer atitude que eles julgassem como falta” (p. 74)).

Num dialogismo com outras formas de arte, o narrador-criança recorda as cantigas de intervenção que, apesar do lápis azul da censura, se ouviam em casa dos pais. Numa hábil concatenação de

escritas, as cantigas de José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Luís Cília e Manuel Freire, são incluídas num livro declaradamente *engagé*. É, ainda, no conforto do lar que conhecerá a postura crítica de Cardoso Pires ou de Fernando Pessoa, mas, sobretudo, os vultos do Neo-Realismo português que não pouparam o autoritarismo de então. Visados pela Censura (pela denominada Comissão de Exame Prévio) foram, entre outros, Soeiros Pereira Gomes, Alves Redol, Manuel da Fonseca. Aliás, o jovem recordará a aprendizagem feita na clandestinidade e que o colocará, em ternos de conhecimentos culturais, literários, históricos e sociais, bem acima da média. Este jovem narrador formou-se assim num ambiente hostil e ameaçador. Não obstante, crescerá mais forte e consciente da imperiosa necessidade de mudança, representando todos esses jovens que não abnegaram do sonho, nem esqueceram a utopia.

Sublinhe-se, ainda, a correspondência das linguagens, já que a arte icónica surge igualmente pautada pelo negativismo das estórias evocadas. As dez ilustrações de Acácio de Carvalho, todas a preto e branco, expressam o desalento, descrevem um país sofrido, simbolizam a opressão, enfatizam, na verdade, a configuração anti-utópica pela qual enveredou a nação portuguesa, muito embora a última anuncie a mudança que o 25 de Abril permitiu. Assim, o traço soturno do ilustrador vinca as identidades construídas, porque impostas, ao sabor das circunstâncias de um momento trágico da História de Portugal; cunha uma bandeira riscada, acentuando, deste modo, o desgoverno desta nação perdida; realça os traços totalitários de uma personagem arrebatada; anula, pela cruz desenhada nos livros e jornais, os pensadores críticos do regime vigente; exalta, ainda, a precariedade a que estavam votadas as tipografias clandestinas. Em suma, escrita e desenho narram a distopia que Portugal consentiu durante largos anos.

Resta-nos acrescentar que o texto de Viale Moutinho expressa bem a preocupação que a literatura de recepção infanto-juvenil comporta. Como recorda Nelly Novaes Coelho, o livro para a Infância e Juventude permite conhecer os Ideais, Valores e Desvalores de cada sociedade. Marc Soriano também refere a vocação pedagógica do artefacto literário dirigido aos mais novos. Em seu entender, cabe ao jovem leitor descodificar a mensagem nele contida para assimilar as informações que possam dizer respeito ao real.

Ora, esta propensão didáctica foi amplamente sublinhada ao longo da narrativa. Sob o signo da luta contra o esquecimento, o

narrador-protagonista pretende que a geração mais jovem não olvide uma época de opressão, de silenciamento, de crueldade e de terror (“– O que te vou contar é a minha vida naquele tempo. Para que tu e todos saibam que houve tempos muito difíceis, que não podemos esquecer (p. 9)). Ao convocar essa época, Viale Moutinho vem, por via da crítica implícita nesse acto de rememoração, dizer que a mudança era imprescindível e inevitável. Dialogando, de certo modo, com a coordenada “esperança”, de Ernst Bloch, e com a do princípio “responsabilidade”, de Hans Jonas, ambas antro-po-éticas, o autor “exige” a presença activa do jovem leitor no mundo para que, instruído sobre uma realidade distópica, não consinta, uma vez adulto, a opressão, a perseguição ou qualquer tentativa de abuso de poder.

Por fim, refira-se que a predisposição educativa surge focada na contra-capla: “Com OS MEUS MISTERIOSOS PAIS abre-se uma porta na evocação da memória colectiva dos soturnos anos anteriores à Revolução de Abril. Pela voz de um filho de militantes clandestinos, o salazarismo-marcelismo é amostrado aos jovens. Para que ninguém possa dizer que não sabia.” Este livro de Viale Moutinho é certamente um contributo fundamental para a preservação da memória colectiva de uma época e de um país.

José Agostinho Baptista, *Caminharei pelo Vale da Sombra*, José Agostinho Baptista, Lisboa, Assírio & Alvim, 2011.

Thierry Proença dos Santos

Universidade da Madeira/

Centro de Tradições Populares Portuguesas – FLUL

thierry@uma.pt

José Agostinho Baptista deu este ano a lume um novo livro, intitulado *Caminharei pelo Vale da Sombra*, um longo poema de mais de duzentas páginas, com a particularidade de o título ser o primeiro verso, como se convencionou fazer com poemas sem título próprio ou de título extenso.

Não passa despercebido o valor espiritual de “caminharei”, enquanto palavra profética. Se os dois primeiros versos se oferecem ao leitor como palimpsesto bíblico, no qual se pode ler um fragmento do